

A insubmissão do real



Por **Marília Pacheco Fiorillo***

Uma realidade totalmente desconhecida há poucos meses, total incógnita até o momento, pede certa paciência, inclusive do conceito.

Aviso ao leitor educado: o real daqui, em minúsculas, não é a majestosa confluência com o Racional, a quimera hegeliana do último *vibrato* na ópera agonística da marcha do mundo. Não é grandioso, soberbo ou escatológico. É tão somente cruel. De uma crueldade da dimensão dos fatos. Fatos? Há quem, à menção deles, levante as sobrancelhas. No mundo das ideias, fatos são uma falsificação. Não há fatos nus, ingenuidade das ingenuidades. São aparência, mera crença, delírio de uma *doxa* obstinada, ou *pistis* teimosa. Desprezíveis e menosprezados, dizem que fatos não passam da máscara da máscara da máscara da Real Ideia. Aderir a eles – assim, como matéria prima para matutar –, seria compactuar com um reles grau do conhecimento, só um pouquinho melhor que querer entender a vida pela arte.

1.

Pode ser. Mas às vezes este atordoante e comezinho real se impõe com tamanha violência, tal tempestade, que torna terra arrasada – para platônicos ou pós – as costumeiras, rebuscadas e deliciosas digressões. Como argumentar com um *tsunami*? É o caso da pandemia do coronavírus, e de alguns muito respeitáveis filósofos.

Uma realidade totalmente desconhecida há poucos meses, total incógnita até o momento, pede certa paciência, inclusive do conceito. Seria injusto, porque prematuro, esperar explicações razoáveis (de epidemiologistas, sanitaristas ou doutores no *trivium*) já e já. Isto é, pedir que elucidem algum arrazoado que atenda não só à hermenêutica, mas sobretudo às aflições dolorosamente reais daqueles que padecem. Qualquer hipótese em curso (de cura ou colapso) precisará, agora, para não fermentar o anti-intelectualismo reinante, aferrar-se ao tal real. À intransponível realidade do sofrimento, da dor, da crueldade, do dilema moral a que estão submetidos os que decidem sobre vidas. À tangível existência de indivíduos, corpos, cada corpo.

Pior, para a turma do *trivium*: não há evasivas. Não há, também, um *eu* que seja o centro de gravidade da narrativa (*eu classe, eu gênero, eu estamento*), nem a possibilidade de invocar a narrativa como escapatória da angústia.

O nós – a descrição, límpida, universal, da dor indiscriminada – finalmente triunfou, pelo pior dos motivos. Se impôs, e não foi pela desejada disseminação da tolerância (palavrinha muito condescendente), muito menos pela explosão da empatia (palavrinha que tem sido muito abusada, e mal empregada). O vírus é democrático, pois seu terror se abate sobre todos – claro, como em toda democracia, uns se saem melhor, outros sucumbem.

Ironicamente, ele, e o medo dele, vão provavelmente nos levar à criação de uma “comunidade de confiança”, por paradoxal e excêntrico que pareça. Como diz Richard Rorty em um breve ensaio sobre justiça como lealdade ampliada, sentimento e não imperativo categórico [*Pragmatismo e política*, Martins], “o que Kant descreveria como resultado do conflito entre obrigação moral e sentimento, ou entre razão e sentimento, é, em uma explicação não-kantiana, um conflito entre um conjunto de lealdades e outro conjunto de lealdades. A ideia de uma obrigação moral universal de respeito à dignidade

humana é substituída pela ideia de lealdade para com um grupo mais amplo – a espécie humana (...e mesmo) de lealdade para com todos aqueles que, como nós, podem experimentar a dor”.

Se dilemas morais não são conflitos entre o dever e o querer, mas entre querer para a gente, um pequeno grupo, ou um grupo maior, a briga entre os eus alternativos vai perder fogo (a família, o clã, os vizinhos versus os estrangeiros, os estranhos). Data vênica aos otimistas, surgiu algo comum, e todos comungam no “não ter nada a perder”, antes apanágio de uma classe.

É o terror da morte que vai botar em uníssono o “nós”, não a boa-vontade. Recapitulando Rorty, não são os princípios abstratos que moldam a justiça, mas alguma circunstância em que as “lealdades paroquiais” se expandem, e os problemas de certas pessoas (as próximas) se igualam aos de (quase) todas. No caso da pandemia, o dilema deu um piparote: deixou de ser o clássico guardar comida para a própria família em tempos de escassez, em vez de dividi-la com moradores de rua, e tornou-se o mantra de todos com todos: encontrar a vacina, ou o remédio, para a tribo do planeta.

O medo, não a compaixão, extinguiu o duvidoso choque de civilizações (*burka* ou *shorts*, dá na mesma), a refrega entre direitos de minorias ou direitos humanos, atinge ricos e pobres, precariado e burguesia, garotos e idosos, como você queira chamar.

O medo, quem diria, é o vetor do único bem comum em emergência, a lealdade ampliada.

2.

Cabe aos filósofos, claro, desembaraçar-se da tosca empiria e projetar voos de maior alcance no tempo e maior consistência na amplitude. Muitos deles tem se dedicado a discutir a pandemia da perspectiva da perda de liberdades individuais, do controle, da vigilância, do pretexto de que necessitava o Estado de Exceção para se regalar de vez.

Tomemos o caso do filósofo italiano Giorgio Agamben e do artigo publicado um pouco antes de a Itália tornar-se o epicentro da vez do coronavírus, situação só mitigada quando se decretou o *lockdown*, o confinamento inflexível. Agamben, autor de *Homo Sacer* (UFMG) e *Estado de Exceção* (Boitempo) é, inegavelmente, um filósofo que merece o título, ao criar conceitos potentes, originais, plugados no mundo contemporâneo – ao contrário de muitos de seus pares que se esmeram em novas nomenclaturas, tão mais impenetráveis quanto triviais.

Giorgio Agamben

Para uma rápida introdução às ideias de Agamben. O *Homo sacer* (*Homo Sacer. Poder soberano e vida nua*, 1998) é inspirado em uma figura do direito romano, daquele que cometeu certo crime não previsto na lei, mas pelo qual tem revogada sua condição de “cidadão”; assim, por estar fora da jurisdição da lei, não pode ser punido; entretanto, como também não está protegido por ela, pode ser assassinado a bel prazer por qualquer um e a qualquer momento sem que o assassinato configure um crime, (já que o *sacer* está além e aquém de dispositivos legais.)

Assim, por estar desalojado de seus direitos civis, fica automaticamente despojado de seus direitos humanos básicos. O conceito é luminoso, pois corresponde em minúcia à anatomia do refugiado contemporâneo, tema por excelência do século XXI, e que ressurgirá como um dos mais aterradores efeitos colaterais da pandemia. O morador dos campos de refugiados é aquele que foi empurrado, de vez, para a situação de “fora da lei”.

Só possui a vida nua (*zoé*), o corpo. Os prisioneiros de Guantanamo, detidos sem acusação formal, eram privados de seus direitos humanos exatamente por terem sido despidos de sua condição de cidadãos, já que se tratava de “prisioneiros inimigos-combatentes”, não de prisioneiros de guerra, como definido pelas convenções de Genebra. Só lhes restava resistir com a vida nua, a greve de fome. Nesta medida, o *sacer* é o oposto especular do *Basileus*, ou soberano, que, por encarnar a lei em sua pessoa pode suspendê-la ou alterá-la.

O soberano também é um “fora da lei”, mas vantajosamente, pois paira acima dela. O *Führer* é o soberano que opera à margem da lei, mas do interior dela, como se ela emanasse de sua pessoa. Entre suas prerrogativas está a de decretar o Estado de exceção, no qual (e aqui está o umbigo do conceito) a lei não precisa ser revogada, mas apenas suspensa por tempo indefinido.

Para Agamben, é assim que agem a maioria das ditas democracias ocidentais. Vide o “Ato Patriotico” de Rumsfeld/ Bush, que legalizava a tortura, ao redefini-la como vale tudo, desde que não atingisse, irreversivelmente, algum órgão vital. Agamben inspirou-se no trabalho do ideólogo e jurisconsulto do nazismo (depois escanteado) Carl Schmitt, conselheiro de

Hermann Göring. A vida sob o Estado de Exceção está incluída no ordenamento jurídico pelo avesso: por sua condição de excepcionalidade, de ameaça, velada ou não, de exclusão de direitos.

A aniquilação destes direitos civis e humanos, para Agamben, é algo que se tornou corriqueiro no mundo contemporâneo: campos de concentração (os Uighurs na China), centros de detenção de imigrantes (Líbia, Grécia e outros), campos de refugiados, a perder de vista.

3.

Em 26 de fevereiro, Agamben publicou *“Lo stato d’eccezione provocato da un’emergenza immotivata: Coronavirus. La paura dell’epidemia offre sfogo al panico, e in nome della sicurezza si accettano misure che limitano gravemente la libertà giustificando lo stato d’eccezione”* [O Estado de exceção provocado por uma emergência imotivada: o coronavírus. O medo da epidemia oferece um escape ao pânico, e em nome da segurança, são aceitas medidas que restringem gravemente a liberdade, justificando o Estado de exceção].

O texto saiu no jornal *Il Manifesto* (o paciente número um da Itália havia sido internado dia 19, ainda sem diagnóstico preciso). Eis alguns trechos:

“Frente às frenéticas, irracionais e completamente imotivadas medidas de emergência visando uma suposta epidemia devida ao vírus corona, vamos partir da declaração oficial do *Consiglio Nazionale delle Ricerche* (CNS), segundo a qual “não há epidemia de Sars-CoV2 na Itália”. Mais: a infecção, pelos dados epidemiológicos hoje disponíveis sobre dezenas de milhares de casos, causa sintomas leves/moderados (uma espécie de gripe) em 80/90% dos casos. Em 10/15%, pode evoluir para uma pneumonia, cuja evolução é, porém, benigna em sua maioria absoluta. Calcula-se que apenas 4% dos pacientes venham a necessitar de terapia intensiva. Se esta é a situação real, porque a mídia e as autoridades se dedicam a disseminar clima de pânico? (...). Dois fatores podem concorrer para explicar um comportamento tão exagerado. Antes de mais nada, manifesta-se novamente a crescente tendência de usar o Estado de exceção como paradigma normal de governo. O decreto-lei rapidamente aprovado pelo governo “por motivos de higiene e segurança pública” implica, de fato, em uma verdadeira militarização dos municípios e das áreas em que há ao menos uma pessoa para a qual não se conhece a fonte de transmissão (...). Se diria que, exaurido o terrorismo como motivação de medidas de exceção, a invenção de uma epidemia ofereceria o alibi ideal para ampliá-las além de qualquer limite”.

Para Agamben, pois, eram “frenéticas, irracionais e totalmente desmotivadas” as medidas que “provocariam um verdadeiro e próprio Estado de exceção. Sua pergunta central: o que é uma sociedade que não tem outro valor senão a sobrevivência?

Epidemia inventada, alibi para fincar de vez o Estado de exceção, normalização da emergência. Agamben *dixit*. A sobrevivência pode não ser o mais sublime dos ideais da sociedade, mas, convenhamos, é a maiúscula condição real para todos eles.

O também filósofo francês Jean-Luc Nancy, respondeu com o sarcástico artigo “Exceção Viral”. Concordando com o alerta de Agamben de que os governos sempre buscam pretextos para esticar Estados de exceção, lembrou, porém, que a diferença de letalidade entre uma simples gripe e a Covid é enorme. “Há uma espécie de exceção viral – biológica, informática, cultural – que nos pandemiza. Os governos não são senão tristes executores dela e desforrar neles é mais uma manobra diversionista do que uma reflexão política”. E finalizou: “Giorgio é um velho amigo. Há quase 30 anos os médicos julgaram que eu deveria fazer um transplante de coração. Giorgio foi dos poucos que me disse para não escutá-los. Se eu tivesse seguido seu conselho, provavelmente estaria morto”.

Pois é. O real não se submeteu aos refinados, precisos, originais, dignos de todo encômio, conceitos de Agamben, desajeitadamente alocados.

4.

Contra o admirável Agamben: Jacinda Ardern. A prosaica, jovem, magnética, delicada primeira-ministra da Nova Zelândia. Aquela que levava seu bebê recém-nascido ao gabinete, e estranhava quem se scandalizava. Aquela que revelou um respeito e solidariedade às vítimas muçulmanas do atentado à mesquita em Christchurch lembrando-se de cobrir a cabeça, na conversa com as famílias das vítimas. Aquela que transmitia seus boletins diários sobre a Covid em camiseta e *moletom*. Aquela que falava não em “guerra contra o vírus” mas em amabilidade e união do “time de 5 milhões”. Aquela que chegou ao cúmulo de discursar sobre a importância de Papai Noel.

Mas que tirana desastrada!. A Nova Zelândia venceu a batalha contra o coronavírus, após cinco semanas de *lockdown* drástico. Agiu rápido, com medidas draconianas e cirúrgicas. O *lockdown* foi decretado aos primeiros sinais de que a pandemia chegava. Temos só 102 casos, disse na ocasião a primeira ministra, “mas foi assim que a Itália começou”.

5.

Contra Rorty, com toda admiração: “*Beautiful souls, saying no, breaking ranks, and heeding the voice of conscience in dark times*” [Beleza no âmago: dizendo não, agindo sozinhos e alçando a voz da consciência em tempos sombrios] (Farrar, Strauss and Giorux, New York). O autor, o historiador Eyal Press conta quatro historias de gente desconhecida e pouco vaidosa, gente desencanada que desafiou o grupo a que pertencia, desobedeceu a lei e a norma, inventou truques para salvar vidas, mesmo arriscando as suas próprias, e que, de diferente, só tem a marca da lealdade imensa e incondicional à tribo humana, no singular. É ler, para crer.

***Marília Pacheco Fiorillo** é professora aposentada da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP).